

# Sumário

Agradecimentos .....	VII
Abreviaturas e siglas .....	XIII
Prefácio da 1 <sup>a</sup> edição .....	XV
Introdução.....	1
<b>Capítulo I - Limites e redução das subjetividades ou autonomias públicas.....</b>	<b>7</b>
1.1 Limites quanto às distintas formas de subjetividades ou autonomias públicas .....	7
1.2 As razões da limitação das subjetividades ou autonomias públicas ..... 13	13
1.3 Parâmetros existentes para limitar o atuar administrativo .....	19
1.4 Diferença de limites entre a discricionariedade e a apreciatividade administrativa .....	21
1.4.1 Limites à discricionariedade.....	22
1.4.1.1 Limites da conveniência (objeto) .....	23
1.4.1.2 Limites da oportunidade (motivo).....	24
1.4.1.3 Limites da propositividade (finalidade) .....	26
1.4.1.4 Limites da comodidade (forma) .....	27
1.4.1.5 Limites da alternatividade (competência) .....	27
1.4.2 Limites à apreciatividade .....	28
1.5 Deveres a serem observados no atuar administrativo .....	38
1.5.1 Dever de observância aos interesses públicos, à boa administração, à eficiência e ao resultado .....	40
1.5.1.1 Dever de observância à legalidade .....	50
1.5.1.2 Dever de observância da legitimidade.....	53
1.5.1.3 Dever de observar a licitude.....	55
1.5.2 Dever de observância dos direitos humanos .....	58
1.5.3 Dever de observância a orientações políticas .....	60
1.5.4 Dever de observância das normas intrapessoais internas (diretrizes).....	63
1.5.5 Dever de observância dos manuais administrativos .....	69

1.5.6 Dever de observância à autoridade administrativa hierárquica superior.....	70
1.5.7 Dever de observância dos códigos de conduta e ética ou deontologia da função .....	75
1.5.8 Dever de observância das orientações transmutadas nas capacitações e treinamento de pessoal .....	76
1.5.9 Dever de observância aos ensinamentos da escola de formação de pessoal .....	77
1.5.10 Dever de observância dos costumes; das práticas e dos usos administrativos; e dos precedentes administrativos .....	79
1.5.10.1 A <i>lex artis</i> e a <i>malpraxis</i> .....	85
1.5.11 Dever de observância dos informes ou relatórios .....	86
1.5.12 Dever de observância das promessas.....	87
1.5.13 Dever de observância à sua própria intuição, experiência e lógica .....	91
1.5.14 Dever de observância da jurisprudência e da doutrina .....	93
1.5.15 Dever de observância dos acordos, contratos e convênios administrativos.....	94
1.5.16 Dever de observância dos princípios jurídicos.....	96
1.5.16.1 Princípios jurídicos fundamentais .....	102
1.5.16.2 Princípios jurídicos gerais .....	105
1.5.16.3 Princípios gerais do Direito Público .....	113
1.5.16.4 Princípios gerais do direito administrativo .....	120
1.5.16.5 Princípios setoriais do direito administrativo .....	135
1.5.17 Dever de observância ao direito internacional público geral ou comum .....	136
1.5.18 Dever de observância ao direito comunitário.....	137
1.5.19 Dever de observância do direito internacional convencional .....	138
1.5.20 Dever de observância do Direito proveniente de organizações internacionais .....	139
1.6 Tipos de limites relacionados com as subjetividades ou autonomias públicas .....	140
1.6.1 Heterolimitação e autolimitação.....	141
1.6.1.1 Divergências em torno da autovinculação administrativa .....	145
1.6.2 Limites externos e limites internos .....	150
1.6.3 Limites permanentes e limites pontuais .....	152
1.6.4 Limites negativos e limites positivos .....	152

1.6.5 Limites subjetivos, objetivos, temporais e especiais .....	154
1.7 Atrofia, míngua ou redução da discricionariedade e da apreciatividade administrativa .....	155
<b>Capítulo II – Técnicas de contenção e controle administrativo e judicial das subjetividades ou autonomias públicas .....</b>	<b>161</b>
2.1 Distintos tipos de controle da Administração Pública .....	161
2.2 Técnicas de controle das subjetividades ou autonomias públicas .....	172
2.2.1 Controle dos elementos vinculados .....	177
2.2.1.1 Controle dos vícios de ordem pública (competência e procedimento) .....	179
2.2.1.2 Desvio de poder (fim) .....	180
2.2.1.3 Controle dos vícios de forma (forma) .....	182
2.2.1.4 Controle da legalidade material (conteúdo).....	183
2.2.1.5 Motivos ou fatos determinantes (motivo) .....	183
2.2.1.6 Recours pour excès de pouvoir .....	186
2.2.2 Erro manifesto na apreciação .....	187
2.2.3 Técnica custos-vantagens ( <i>technique du bilan coûts-avantages</i> ) .....	188
2.2.4 Conceitos jurídicos indeterminados .....	190
2.2.4.1 Controle judicial da discricionariedade técnica .....	193
2.2.5 Princípios gerais do Direito .....	198
2.2.6 Teste de racionalidade e teste de razoabilidade .....	200
2.2.7 Hard Look .....	206
2.2.8 Outras técnicas de controle .....	207
2.3 Aplicação e forma de utilização das técnicas de contenção (técnica do esgotamento) .....	209
2.4 Controle da discricionariedade.....	214
2.5 Controle da apreciatividade .....	219
2.6 Como controlar a discricionariedade e a apreciatividade.....	222
2.6.1 Constatação do caráter de competência, organizacional e procedural.....	224
2.6.2 Verificação das normas, comandos e políticas aplicáveis e realização de suas determinações semânticas .....	225
2.6.3 Resolução das competências e conflitos normativos .....	234
2.6.4 Avaliação do complexo fático .....	238
2.6.5 Identificação do problema vigente.....	240

2.6.6 Análise da atividade mental que conduz o agente público à decisão...	241
2.6.6.1 Classificação dos problemas, dos objetivos a alcançar e do peso ou valoração das alternativas ou opções .....	242
2.6.6.2 Opção pelas formas e meios viáveis (coleta de informação e elenco de formas e meios preferentes) .....	245
2.6.6.3 Determinação do momento de utilização das formas e meios .	249
2.6.6.4 Aplicar as formas e meios escolhidos aos fatos (conversão da decisão em ação) .....	249
2.6.7 Anulação ou substituição da decisão administrativa.....	265
<b>Conclusões .....</b>	<b>269</b>
<b>Referências .....</b>	<b>279</b>
<b>Índice remissivo .....</b>	<b>307</b>